



05maio2021

## Falta de transparência no processo de vacinação



A **Associação Sindical dos Profissionais da Polícia – ASPP/PSP**, encontra-se solidária com todas as profissões e cidadãos que assumiram prioridade no processo de vacinação, no entanto não pode deixar de repudiar a inqualificável falta de informação que se verifica a este respeito no que aos profissionais da PSP diz respeito. Aceitamos as decisões que se tomaram, tomam e se vierem a tomar, mas não aceitamos a falta de transparência que as envolvem e a ausência de coragem em assumir as mesmas junto das forças de segurança.

Não entendemos como a tutela e a “Task Force” continuam a desconsiderar as particularidades e vicissitudes que caracterizam a atividade policial. A profissão de polícia, pertence ao grupo muitíssimo restrito de profissões que implica estar onde ninguém quer, onde a incerteza é constante, e em que as situações não se resolvem com um simples virar de costas. O MAI, certamente, não considera excluível, por exemplo, numa detenção em flagrante delito ou um mandado de busca e detenção durante o manietar e algemar de um cidadão violento, que não colabore, a possibilidade de solicitar previamente um teste negativo para a Covid 19, ou que é possível, manter a máscara e demais equipamentos de proteção, neste contexto pandémico, devidamente colocados. Tratar-se-ia, certamente, de uma utopia.

Ao longo deste penoso período de pandemia, o Governo pediu aos cidadãos para estarem em casa, os polícias foram obrigados a ir para a rua, TODOS, pois o dever de disponibilidade permanente assiste a todos os polícias. Não lhes foi permitido, simplesmente fechar portas e suspender a atividade, essa possibilidade não assiste os polícias, que 24h/24h, todos os dias, continuam a cumprir todas as missões que apenas a eles cabem e que, no âmbito da pandemia, viram incrementadas. Por esta particularidade, visível aos olhos de todos, confundir a prioridade dos polícias no processo de vacinação com outras prioridades, é desconsiderar os polícias e tudo o que eles representam.

A tudo isto, acresce a obrigação dos polícias assinarem um termo de responsabilidade para que sejam vacinados com a vacina da Astrazeneca, ou outra, sob pena de não o serem de acordo com a sua indiscutível prioridade, é desprezar além de todos os limites aceitáveis à nobre profissão de polícia.

A ASPP/PSP nada mais exige que não, em cada função, haja palavra, mestria e boa vontade e por essa razão fez chegar ao Ministro da Administração Interna e ao Diretor Nacional esta indignação dos profissionais da Polícia de Segurança Pública.

**#PARA NOSSA DEFESA**

**A direção da ASP/PSP**